



UM OLHAR PARA A DIVERSIDADE COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR NA BUSCA PELA INCLUSÃO

Izaque Pereira de Souza
Faculdades Itecne de Cascavel/PR
Marilu Chaves Catusso
Faculdades Itecne de Cascavel/PR

RESUMO

Compreender que a escola é um espaço multifacetado e no qual encontramos um amplo contexto de representações sociais faz com que nos debruçemos sobre o mesmo com um olhar múltiplo. Acreditar que a escola tem a função exclusiva de “repassar conhecimentos” seria aceitar que esta não necessita se preocupar com nada além dos conteúdos previamente tabulados e presentes em seu currículo; por outro lado, entendê-la capaz de equacionar todos os conflitos que se apresentam, a partir de um currículo, se constitui em uma ingenuidade perigosa. Desse contexto surge a proposta do presente estudo, que consiste em desenvolver uma análise bibliográfica, a partir do Método Materialista Histórico Dialético, acerca da diversidade no contexto educacional, trabalhando tal categoria como expressão da Questão Social. Isso porque, se entendemos ser a Questão Social o conjunto de problemas (expressões) que decorrem do embate criado entre classe trabalhadora e quem detém os meios de produção, não há como negar que neste contexto de exploração existem peculiaridades que precisam ser consideradas bem como a necessidade de se desenvolver um trabalho interdisciplinar com vistas a promover seu enfrentamento – espaço em que percebemos relevante a atuação do Assistente Social.

Palavras-chave: Orientação Sexual; Educação; Serviço Social; Questão Social.

INTRODUÇÃO

A expressão que traduz o mundo como um complexo de complexos, trabalhada em contextos ideológicos por Lukács, se estende a várias esferas das relações sociais – e aqui se inclui o espaço escolar. Conforme trazido acima, a compreensão de que o espaço escolar é este espaço multifacetado, onde encontramos uma vasta gama de representações sociais é o primeiro passo para

Realização:



Apoio:



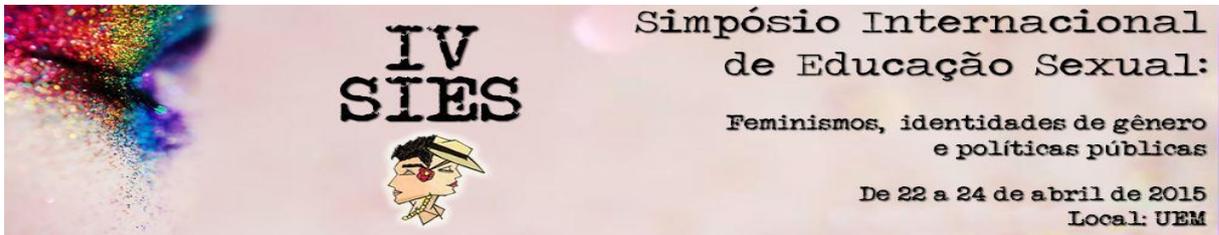
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



que nos detenhamos sobre os processos educacionais com essa perspectiva (LESSA, 2005). Assim, quando nos propomos se inserir em ambientes escolares é inegável que num primeiro momento faz-se preciso compreender o papel social que essa instituição tem e a qual ela se propõe no seu cotidiano.

Acreditar que a escola tem a função exclusiva de “repassar conhecimentos” seria aceitar que a escola não necessita se preocupar com nada além dos conteúdos previamente tabulados e que estão presentes em seu currículo. Pensar e estar em ambiente escolar - sobretudo os de ensino fundamental I, II e médio - nos faz compreender a necessidade de ampliar nossas responsabilidades, na condição de educadores.

Entendemos que Alves (1991) é bastante assertivo quando enfatiza que o professor deve ser educador e seu olhar para o cotidiano escolar - não apenas através dos conteúdos oriundos dos livros didáticos – deve ter um viés formador de cidadãos que na contemporaneidade serão capazes de indagar, questionar, refutar, refletir, concordar, negar e se posicionar. Ao agir dessa forma, estará o educador indo ao encontro da mais importante função da escola.

E é nessa perspectiva crítica que nos propusemos a desenvolver o presente trabalho; trazendo, a partir de uma busca bibliográfica a fundamentação para aquilo que, empiricamente, vínhamos avaliando em nossa trajetória como professores de Graduação e Pós Graduação no Curso de Serviço Social bem como atuando na formação de professores e no ensino técnico para Adolescentes. Principalmente porque, se para alguns a temática é relativamente “batida”, continuamos entendendo que muito ainda há a ser trabalhado – principalmente sob o viés que nos propusemos que é o de traçar um paralelo entre Educação e Serviço Social, tendo a questão da Diversidade de Orientação Sexual como nosso pressuposto.

Para alcançarmos nosso objetivo, procuramos sistematizar o presente artigo trazendo os elementos históricos em um primeiro momento, problematizando as questões afetas aos padrões e imposições que “moldam” os parâmetros socialmente aceitos. Na sequência direcionamos a discussão para o espaço educacional, o “microcosmo” social, espaço em que a “reprodução” daquilo que encontramos extra-

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





muros, se verifica. Em que pese a peculiaridade deste espaço – ser um campo institucional, com uma função social a cumprir, devemos compreender que muito (senão tudo) do que ali se verifica é expressão daquilo que temos fora dali. Por fim, traçamos a relação entre o Serviço Social e a Escola – e a contribuição que o primeiro campo de conhecimento traz para o segundo – considerando que ambos devem tratar a temática com a atenção que esta merece. E isso porque, como anunciado inicialmente nosso recorte se propõe a trabalhar a diversidade como uma expressão da Questão Social, categoria esta que representa, de forma resumida, o processo de espoliação a que a classe trabalhadora está sujeita. E, em nosso entendimento, estes processos de vulnerabilização/espoliação se diferenciam na medida em que consideramos as particularidades dos sujeitos envolvidos (o negro, a mulher, o deficiente, o gay).

É fato que não pretendemos esgotar a temática; também não desejamos que nosso escrito seja algo inquestionável. Pelo contrário, trazemos “provocações” que, esperamos, sejam alvo de reflexão e questionamentos (mesmo que internos) por parte de todos que o lerem, pois acreditamos que é desta forma que podemos construir o conhecimento – de forma compromissada, reflexiva e coletiva.

1.1 A DIVERSIDADE SEXUAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

De acordo com Tonet (2008) a dinâmica das relações sociais no contexto do capital - que nos traz o acirramento das desigualdades e um ambiente de competição em que as diferenças entre os sujeitos podem se constituir em verdadeiras armadilhas para o convívio social – tem contribuído para que o convívio seja cada vez mais complicado. Nessa esteira, não é difícil perceber porque tratar da questão “diversidade” se tornou sinônimo de “inconveniência” para algumas pessoas.

Isso pode ser atribuído, também à dicotomia que o próprio capital impõe às relações sociais que se encontram sob sua égide pois, se de um lado temos aqueles

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



que se colocam na posição de dominantes, no outro extremo teremos aqueles que passam a ser enxergados como dominados. E ao dominante caberá todo e qualquer esforço para que sua hegemonia seja mantida – principalmente a partir da perspectiva ideológica.

Se levarmos essa discussão para o campo do método – em nossa opção o Materialismo Histórico Dialético – perceberemos que este se propõe a explicar a realidade a partir da perspectiva de totalidade, ou seja, busca compreendê-la a partir da luta entre as classes que são decorrentes das desigualdades existentes entre as mesmas.

Por mais que alguns estudiosos do marxismo relutem em acatar a ideia de que o estudo da dinâmica social deve ocorrer também sob a perspectiva da diversidade – principalmente se considerarmos nosso atual contexto e as expressões da Questão Social¹ que se verificam – perceberemos que além de necessário, tal estudo é complementar e não fragmenta, como alguns mais ortodoxos insistem em dizer, nossa visão de classe. Isso porque, se pegarmos como exemplo apenas a ideia/conceitos de desigualdade, podemos afirmar que

[...] a desigualdade social, da maneira como ela está estruturada e enquanto expressão da questão social é, para o neoliberalismo, não só um valor positivo [...]; expressões de violência, discriminação, estigma e preconceito enquanto aspectos concernentes e essenciais à desigualdade social e para a manutenção do *status quo*, muito embora sejam realidades das quais os sujeitos individuais e coletivos se deparam no cenário contemporâneo, são também frutos de contextos históricos originários, em sua base, das relações entre as pessoas (FERREIRA, 2011).

Essa forma e como nos ensina Okita (2007), homossexuais ,negros, mulheres, índios, também engrossam o cenário de lutas que busca a transformação de um sistema que espolia, vulnerabiliza, exclui e faz de tudo para tornar a invisível a demanda destas chamadas “minorias”. E, deve-se frisar, este é um processo que se insere e se conhece na história.

¹ Entendemos a Questão social como sendo o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura e que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõe (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Conforme nos ensinam Prado e Machado (2008), pensar diversidade sexual é considerar que existe muito mais que comportamento sexual, afinidade, desejo e a nutrição de afetos. Tudo isso pode estar contido neste contexto porém estas definições também podem ser extrapoladas através dos complexos arranjos culturais e sociais e particulares que o próprio ser humano pode criar. Significa dizer que existe uma gama de circunstâncias e elementos que constituem os sujeitos, o determinam e que constroem sua identidade e são estas circunstâncias e elementos que contribuem para que a não-heterossexualidade tenha uma dimensão tão importante na construção social e nas práticas identitárias contemporâneas. E por mais que alguns queiram, por uma questão ideológica, atribuir o aspecto de “modismo” ou uma perspectiva exclusivamente contemporânea à diversidade sexual, se analisarmos a história perceberemos que a relação não-heterossexual sempre esteve presente.

Ferreira (2011) nos traz que uma análise consistente sob a perspectiva histórica, com vistas a entender a constituição da diversidade sexual na sociedade brasileira, deve se iniciar pelo advento da Igreja Católica Apostólica Romana, há mais de dois mil anos. Isso porque, ainda segundo este autor, a igreja detinha (e detém) uma grande influencia nos cenários político, social e econômico – apesar de, na atualidade, vivermos sob o que chamamos de “liberdade de crença”. Exemplos disso são os discursos reproduzidos no âmbito do Poder Legislativo (nesse caso, não exclusivamente por membros da Igreja Católica mas por várias legendas religiosas) e que, como nos traz Trevisan (2004, p. 19) afirmam que,

[...] além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). [...] o vácuo político ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas agora por um milenarismo de olho no capital.

Em que pese, segundo Prado e Machado (2008), termos verificado a partir da década de 1960 transformações sexuais no que diz respeito à diversidade sexual

Realização:



Apoio:

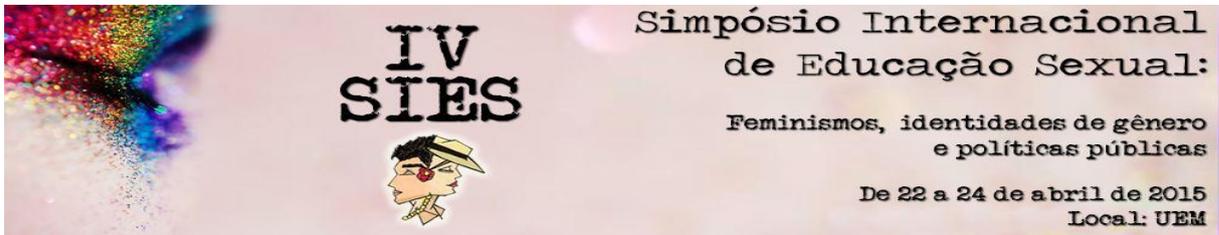


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





como um todo, esta forma de pensamento, permeado pela ideologia das instituições que a reproduzem, acaba por reforçar ainda mais os estigmas criados em torno dos sujeitos enxergados como “diferentes”, “destoantes”, “desviados”. Reforça ainda a ideia de normalidade imputada à heterossexualidade, colocando o parâmetro social exclusivamente heteronormativo ainda mais presente em nosso cotidiano. E isso porque,

Na medida em que as regras normativas da sociedade se voltam para o controle do corpo, a sexualidade se torna um elemento importante na produção dessa diferenciação identitária, o que nos leva a buscar uma chave de compreensão da sexualidade que incorpore uma noção de poder. A sexualidade e as práticas sexuais são construções sociais intrinsecamente relacionadas com as múltiplas dimensões simbólicas e estruturais de determinada sociedade. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que as teorias que advogam sobre o que determina a homossexualidade ou qualquer outra tentativa de formular uma teoria normativa a respeito da mesma, estão, por princípio, ideologicamente orientadas na direção de uma “normalização” da heterossexualidade e, conseqüentemente, de uma patologização de comportamentos sexuais que se afastam dessa lógica hegemônica que chamamos de heteronormatividade (PRADO; MACHADO, 2008, p. 33).

Esse raciocínio demonstra o tamanho esforço dispendido pelo pensamento hegemônico heteronormativo, ao longo da história com vistas a sua manutenção. Sua ideologia, suas prerrogativas – inclusive criando modelos como o de sexo único² e dismorfismo radical³ - no intuito de promover a invisibilidade ou, na melhor das hipóteses, permitir que a visibilidade da diversidade ocorra porém, numa relação de subalternidade demonstram a necessidade de trabalharmos na desconstrução

² Neste modelo, segundo Prado e Machado (2008) a passividade não tinha relação com o homem afeminado; era relacionada diretamente com aquele que se colocava na condição de passivo em relação aos prazeres. Daí a ideia de que ser ativo é ser másculo, independente do gênero do parceiro.

³ Nesta teoria, segundo Silva (2000), com vistas a tolher direitos dos “diferentes” (mulheres, negros, povos colonizados e etc) os “cidadãos-homens-brancos-metropolitanos” começaram a pensar alternativas que naturalizassem racionalmente as desigualdades de maneira que essas desigualdades (exigidas no campo político, econômico, social, pela ordem burguesa dominante) fizessem com que estes sujeitos se tornassem subalternos. Tem aí início uma verdadeira “Cruzada” por parte de cientistas, filósofos, moralistas e políticos para que isto fosse validado – e obviamente estendido aos não heterossexuais.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



destes modelos que além de estigmatizar acabam legitimando expressões de violência nas suas mais variadas formas.

1.2 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESTA INTERFACE

Como já trouxemos anteriormente, entendemos a escola como um espaço plural quantitativa e qualitativamente; plural quanto aos sujeitos (características e indivíduos) e também quanto às experiências, valores e vivências que cada um compartilha nesse “microcosmos”. Por entendemos educação como um processo interdisciplinar. Isso porque, nesta realidade multifacetada, não há como trabalhar todas estas expressões sem ter como aporte as várias esferas do conhecimento. Principalmente porque, para essa ação (a de educar) não há como promover recortes.

Isso porque entendemos que, independente da idade do educando (crianças e adolescentes), a busca pela construção identitária e inserção nos vários espaços sociais é uma constante - a partir das informações compreendidas oriundas da escola, das vivências, exemplos e realidade advinda da família e da sociedade que estão – a perspectiva de se compreender esta construção e reconhecimento a partir de uma lógica de emancipação e autonomia, significa não desassociar a ideia de que tais instituições – e aqui nos referimos à escola – tem suma importância.

Vale ressaltar que a construção identitária, nos dizeres de Santana (2009, p. 01),

São produzidas dentro e não fora dos discursos, nos tensos jogos de poder e, nesse sentido, pensar sobre a construção de uma identidade [...] perpassa pela necessidade de uma discussão mais ampla, uma vez que esse processo está intimamente ligado às questões de construções pessoais, sociais, impossíveis de serem dissociadas; de direitos, de deveres (que respeita e é respeitado) e não podemos desassociar tais instituições e negar sua importância também no que tange as informações e orientações quanto à sexualidade dos sujeitos.

Na condição de educadores - da Escola Pública do Estado do Paraná, do Ensino Superior Privado, do Ensino Técnico e atuando tanto nos processos de

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



educação formal quanto não-formal – por vezes nos deparamos em nosso cotidiano com colegas de trabalho (professores ou não) que não conseguem trabalhar temas voltados para a diversidade – e dentre eles as sexualidades - em sala de aula e nos espaços externos. Observamos que, por vezes essa impossibilidade/negação está pautada na forma como culturalmente e moralmente fomos criados, motivo que explica essa contestação mas que representa ao mesmo tempo uma preocupação quando essa contestação passa a representar um mecanismo de cerceamento na efetivação de direitos.

Somos sabedores que, para discutir assuntos com crianças e adolescentes na contemporaneidade, é preciso que o educador tenha domínio destes assuntos bem como disposição para compreendê-los em suas alternâncias. Isso porque uma das principais características da sociedade é sua mutabilidade constante e, na relação ensino/aprendizagem um dos maiores dilemas do educador são os questionamentos promovidos pelos discentes frente às novas demandas que venham a surgir. Tal afirmação se justifica no fato de que a tecnologia de informação às quais crianças e adolescentes tem acesso - seja através da televisão e/ou da internet - trazem dois pontos que necessitamos mencionar: primeiro buscam informação e por vezes a dominam muito mais que aqueles que estão à frente, em sala de aula e segundo, fazem leitura de temas que os instigam mas que, por não compreenderem essa temática em sua totalidade, corre-se o risco de ser alvo de uma distorção daquilo que realmente se apresenta. Por esses motivos cabe ao educador,

Cada vez mais reconhecer as características da vida da aula, incerta, singular, heterogênea – o que torna inaceitável qualquer racionalidade que garanta a *certeza do que dá certo*, do método infalível, da teoria que comanda uma prática (GRILLO, 2002, p. 75).

Esse raciocínio reforma a necessidade do professor romper barreiras entre o passado e o presente para poder compartilhar informações que agreguem os seus alunos de forma que esses possam, dentro dos espaços que circulam, respeitar os

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





demais. Transpor a barreira do senso comum no tocante aos conceitos do respeito e da aceitação⁴ e entender que cada vez mais se faz necessário trabalhá-los é um trabalho árduo nesse espaço. Principalmente se tomarmos por base o que Figueiró (2007) menciona quando retrata que está sedimentado entre nós que a diferença entre as pessoas, homens e mulheres, está posto através da genitália e que essa diferença - que não se refere apenas ao biológico - dita os papéis para estes sujeitos. Nessa mesma esteira Froemming (2008, p. 14-15) nos traz que

[...] nossa educação não é estimulada a entender a diversidade como natural, mas somos estimulados a procurar a uniformidade. A tendência a buscar a padronização entende como desvio tudo aquilo que não corresponde aos chamados padrões de normalidade, buscando adaptar os sujeitos a estes padrões.

Por essa razão, questões que deveriam ser encaradas com mais naturalidade passam a ser tratadas como aberrações. Quando nossas crianças tocam sua genitália com o intuito de se descobrirem, os pais/responsáveis são tomados por um sentimento de estranheza. Na medida em que a idade vai avançando os estereótipos sobre o “ser menino” e o “ser menina” na sociedade se acentuam, e passamos a verificar um processo de “violentação quanto aos papéis”; instituem-se cores de roupas exclusivas para meninas e para meninos; não obstante, ainda nessa idade também as brincadeiras são separadas por sexo - como se meninas que brincam com “carrinhos” e/ou são mais espontâneas estivessem com características masculinas e os meninos ao brincarem de “casinha” estariam se tornando afeminados...

Este processo continua – e na maior parte das vezes se acentua - na adolescência. Com esta “fase” chega também a busca pela aceitação nos “grupos” ou “panelas” de amigos e a última coisa que se quer é ser “diferente”. No entanto, a

⁴ Em que pese muitos autores trabalharem a categoria tolerância optamos, por questões ideológicas e metodológicas desconsiderar tal expressão quando tratamos de diversidade por entendermos que quando nos referimos a sujeitos em uma sociedade que se propõe a ser plural, democrática, de direitos, justa e igualitária (formal e material), não há que se falar em tolerância mas sim em respeito e situação a toda forma de diferença uma vez que estas já estão postas.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



televisão, as músicas, os sites, os filmes, corroboram para aguçar a curiosidade que pulsa nesse corpo que em transição e a busca pela descoberta de temas que permeiam a sexualidade é muito presente - o primeiro toque, o pegar na mão o primeiro beijo e a primeira relação sexual acompanharão os sujeitos por toda a vida, uma vez que farão parte de sua construção identitária. Ocorre que, quando tudo isso se dá dentro do que se tem por “normalidade”, de forma espontânea, as marcas e as lembranças provavelmente serão positivas; todavia se houve dúvidas, negação, medo, submissão e demais adjetivos negativos a lembrança do fato pode trazer a esse sujeito comportamentos confusos sobre si e sua própria sexualidade.

Se considerarmos ainda que este distanciamento entre os desejos e motivações do sujeito e a aceitação social ocorrem, grande parte das vezes, dentro do próprio espaço familiar, a situação se torna ainda mais delicada. Segundo Rodrigues e Wechesler (2014)

O ambiente familiar deve ser um lugar aberto, por mais complexa que seja a conversa, em específico sobre temas tão tabus como a sexualidade, é de grande importância que os filhos sintam-se encorajados a conversar sobre o tema, trazendo seus dilemas, dúvidas e expectativas. O ambiente familiar precisa ser o porto seguro da criança, para que a mesma tenha um local para recorrer sempre que necessário. [...] é fundamental que a família seja um ambiente de discussão e de desenvolvimento mútuos, sendo capazes de iniciar conversas, trocar experiências e resolver conflitos sem violência.

No entanto, este cenário ideal infelizmente não se traduz em regra. Muitos são os núcleos familiares em que a reprodução heteronormativa é tão forte e determinante que acaba obrigando o sujeito a situações extremas como se anular ou até mesmo a por fim à própria vida. Isso faz com que a atividade do educador se transforme em algo ainda mais sistematizado e, reforçamos, ressalta a relevância do trabalho interdisciplinar – e aqui entendemos relevante a presença do Assistente Social.

Ora, se estamos pensando a diversidade como uma das expressões da Questão Social, devemos entendê-la como um espaço de tensionamento provocado pelos aparatos ideológicos dominantes e que se traduzem em processos de

Realização:



Apoio:



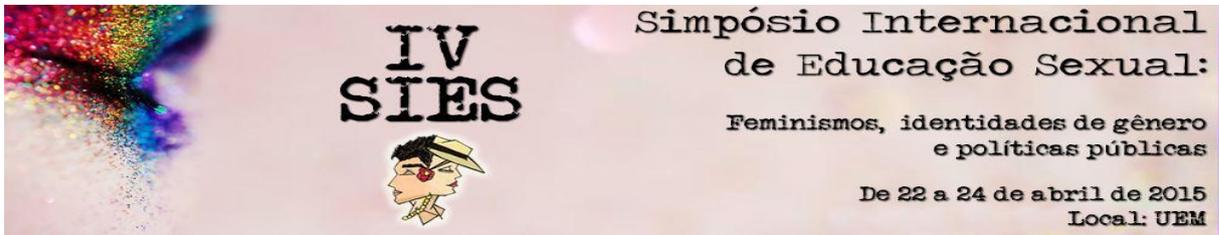
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



violentação contra esses sujeitos que não estão “adequados” à dita “normalidade”. E nestes processos de tensão, em que a violação de direitos insistem em se verificar, o profissional do Serviço Social, pode (e deve) atuar, em conjunto com os outros profissionais da política específica (quando for o caso), com vistas a fazer cessar esta situação. É válido ressaltar que, conforme o Código de Ética e o projeto ético-político da profissão, a defesa intransigente dos direitos de toda a população é compromisso deste profissional (CFESS, 2009). Dessa forma, compreender as peculiaridades destes sujeitos faz-se mister para que tais direitos sejam defendidos de maneira incansável. Assim, cabem a estes⁵, na condição de educadores e em suas respectivas esferas de atuação, a mediação entre as dúvidas (das crianças e adolescentes) e as possíveis “respostas”, dentro do tempo cronológico e limite de maturidade de cada educando, pois a sexualidade não pode mais ser pensada como um assunto que fica numa redoma de vidro, sendo de exclusividade da família ou da escola.

Embora os regimentos escolares, em sua maioria, adotem um comportamento padrão e que deva ser seguido por seus de alunos no que se refere a expressão corporal e sexual (tanto para meninos quanto para meninas) enquanto estão inseridos dentro dos muros escolares, devemos nos preocupar em compreender as singularidades que pertinem à orientação sexual de cada pessoa, independentemente de nossas opiniões, muitas vezes oriundas em um primeiro momento daquilo que trazemos do senso comum. Isso porque, sob a perspectiva cultural e moral a relação entre homens e mulheres como única possibilidade não pode mais ser tida como verdade única nesse novo cenário que se expressa a sociedade contemporânea.

Por esse motivo acreditamos que um dos papéis/funções essenciais da escola é trabalhar de forma a orientar continuamente os sujeitos que estão inseridos nesse espaço; de que a sociedade é una, porém diversa e que nessa diversidade

⁵ Aqui nos referimos a todos os sujeitos que fazem parte do grupo de sujeitos que atuam no processo educacional tais como agentes operacionais, professores, pedagogos, agentes administrativos, Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Agentes de Saúde e outros que eventualmente façam parte da equipe interdisciplinar.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





está posta a questão cultural, econômica, social, étnica, religiosa e também sexual. Furlani (2003, p. 68-69) nos traz que o trabalho em Educação Sexual deve ser contínuo para que possa promover a compreensão e a motivação para o tema.

(...) Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente – porque o bombardeamento midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente...porque as situações de exclusão social decorrentes do sexismo e homofobia, são constantes porque as representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças estão sendo permanentemente fixadas mesmo com permanentes resistências, porque a subjetivação da sexualidade(que talvez tenha um papel maior do que, até então temos considerado nessa dinâmica de mudança comportamental) está sendo permanentemente posta em questão pelos aparatos discursivos de uma cultura e precisa ter o contraponto reflexivo de uma educação sexual sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdade sexual, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de classe, de religião etc.

Tais diversidades - e aqui enfatizamos a homossexualidade - não pode ser tratada de forma velada na contemporaneidade, principalmente por uma instituição em que estão inseridas diferentes pessoas com diferentes orientações sexuais e que independentemente de qualquer característica devem ter tratamento equânime e respeitoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos inicialmente, nunca foi nossa proposta esgotar a temática; pelo contrário, pretendemos trazer provocações a partir de nosso *lócus*, inserindo a categoria do Serviço Social no debate com vistas a contribuir para a análise.

Este tema demanda um trabalho constante de construção/desconstrução a partir de premissas que se encontram enraizadas com base em pressupostos que não se prendem apenas aos sujeitos *de per se*. Para além disso, como restou brevemente demonstrado, buscam atender a uma ideologia que, por sua vez, busca atender aos interesses de quem domina, que inferioriza, subalterniza e invisibiliza tudo o que não está “adequado” à “normalidade”. E , como nos traz Ferreira (2011), se no âmbito privado isso já nos causa estranheza, quando estas manifestações

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





ocorrem em espaços que deveriam atender, de alguma forma necessidades humanas e operacionalizar políticas públicas, o efeito é ainda mais devastador.

Por esse motivo, entendemos que o trabalho é realmente árduo, cabendo romper endogenamente o padrão da pedagogia que imperava exclusivamente voltada à heteronormatividade (e também a outros métodos impositivos como eurocentrismo, por exemplo), uma vez que a escola é um espaço dos mais férteis e deve, de forma crítica, romper com preconceitos pautados por vezes apenas em valores morais e religiosos. Acreditamos que há a necessidade de uma escola com novas concepções e educadores preparados para trabalhar a realidade pois mais diversa que esta pareça pois, como nos ensina Libane (2003, p. 40) a escola necessária é aquela que

[...] provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural e pedagógica.

E é este o olhar que, entendemos, o trabalho interdisciplinar pode trazer para o espaço escolar: uma educação para a diversidade a partir de um enfoque sociocultural capaz de ampliar no aluno sua percepção de mundo e que seja capaz de ajuda-lo a refletir sobre a sua sexualidade ao mesmo tempo em que reflete a do(s) outro(s), protagonizando a mudança em seus parâmetros de conhecimento e aceitação. No entanto, este ciclo só se completa a partir do momento em que o educador se insere neste contexto, se ocupando da ampliação de seus conhecimentos acerca da temática a fim de auxiliar os alunos que não possuem informações adequadas – e muitas vezes dificuldade para acessá-las - respondendo às dúvidas com vistas a mitigar senso comuns, construções preconceituosas e excludentes e respeitando a opinião de cada discente.

REFERÊNCIAS

Realização:



Apoio:

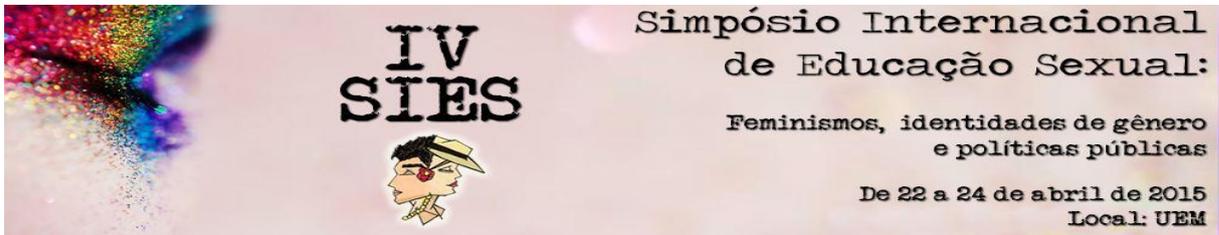


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. 25ª edição. São Paulo: Cortez, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10ª REGIÃO. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2009.

CERQUEIRA, Filho Gisálio. **A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e Serviço Social: Elementos de uma prática profissional para o enfrentamento à violência LGBT**. 2011. 121 p. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e Educação Sexual: construindo o respeito à diversidade**. 3. ed. Londrina: Eduel., 2007.

FROEMMING, Cecília Nunes. **O sujeito de direitos fora da heterossexualidade: diversidade sexual e política de assistência social**. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: Possibilidades Didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Felipe, GOELLNER, Silvana Vilodre. (org). **Corpo Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GRILLO, Marlene. O Professor e a Docência: O encontro com o aluno. In: ENRICONE, Délcia(org). **Ser professor**. 3 ed. Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

LESSA, Sérgio. Lukács. **Ontologia e transição**. Colóquio Marx-Engels. CEMARX, 2005.

LIBANEO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 4 edição. Goiania: Alternativa, 2003.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sunderman, 2007.

SANTANA, JOSE VALDIR JESUS. **A escola como espaço de produção identitária**. Revista Educação. 2009. Disponível em <www.inclusive.org.br>. Acesso em 02/12/2012.

Realização:



Apoio:

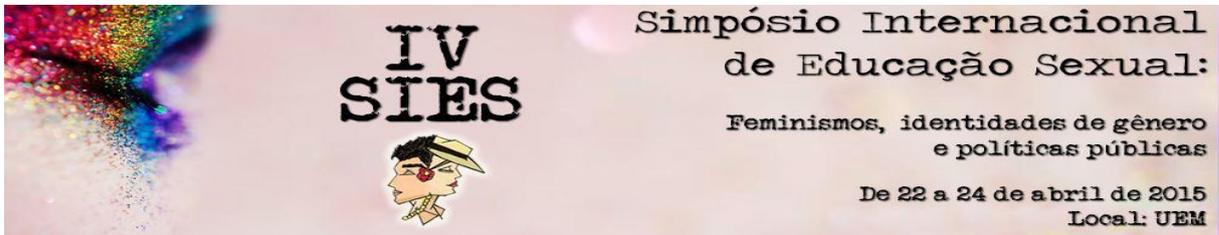


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





SILVA, Sergio Gomes. **Masculinidade na história:** a construção cultural da diferença entre os sexos. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Vol, 1, p. 70-92, 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?id=S1414-98932000000300003&script=sci_arttext >. Acesso em 02/04/2015.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. In: JIMENEZ, Suzana et al. (Org.). **Marxismo, educação e luta de classes.** Fortaleza: UECE/IMO/SINTSEF, 2008. p. 83-96.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RODRIGUES, Cibele Pavani. WECHSLER, Amanda Muglia. **A sexualidade no ambiente escolar:** a visão dos professores de educação infantil. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, São Paulo, vol. 14, 89-104, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?id=S14-98932000000300003&script=sci_arttext > Acesso em 02/04/2015.

ABSTRACT

Understand that the school is a multifaceted space and in which we find a broad context of social representations makes to bend oneself about it for a multiple look. Believe that the school has the sole function of "pass on knowledge" would be to accept that this need not worry about anything beyond the previously tabulated and content present on your resume; on the other hand, understand it capable of solving all the conflicts that arise from a curriculum, constitutes a dangerous ingenuity. In this context arises the purpose of this study, which is to develop a literature review, from the dialectical materialist method History, about the diversity in the educational context, such working class as an expression of Social Issues. For if we believe it is the Social Issues the problem set (expressions) arising from the clash created between the working class and those who own the means of production, there is no denying that this operating context there are peculiarities that need to be considered.

Keywords: Sexual Orientation; Education; Social Service; Social Issues .

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook